

Tia Marcelina, a negra da costa, e as memórias do Quebra de Xangô de Alagoas

Aunt Marcelina, the black of the coast, and the memories of “Quebra de Xangô” of Alagoas / Tia Marcelina, la negra de la costa, y las memórias del “Quebra de Xangô” de Alagoas

RESUMO

Tia Marcelina, africana que teve seu terreiro invadido por um grupo miliciano, foi espancada em 1º de fevereiro de 1912. Além da dor, sua imagem resiste para não ser apagada e preservar o que ficou conhecido como o Quebra de Xangô. Este artigo apresenta fragmentos de memórias de quem a conheceu e creditou sua importância para a história dos xangôs em Alagoas.

Palavras-chave: tia Marcelina; memórias; apagamento; Quebra de Xangô.

ABSTRACT

Aunt Marcelina, an African woman who had her terreiro invaded by a militiamen group, was beaten on February 1st, 1912. In addition to the pain, her image resists not being erased and preserving what was known as the “Quebra de Xangô”. This article presents fragments of memories of those who knew her and credited its importance to the history of the xangôs in Alagoas.

Keywords: tia Marcelina; memories, deletion; Quebra de Xangô.

RESUMEN

Tia Marcelina, africana que tuvo su terreiro invadido por un grupo miliciano, fue golpeada el 1^{er} de febrero de 1912. Además del dolor, su imagen se resiste para no ser borrada y preservar lo que se conoció como el “Quebra de Xangô”. Este artículo presenta fragmentos de memorias de quien la conoció y acreditó su importancia para la historia de los xangôs en Alagoas.

Palabras clave: tia Marcelina; recuerdos; eliminación; Quebra de Xangô.

Anderson Diego da Silva Almeida

Doutorando em Artes Visuais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

andersondiego.almeida@yahoo.com.br

Paulo Antonio de Menezes Pereira da Silveira

Doutor em Artes Visuais pela UFRGS. Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRGS

paulo.silveira@ufrgs.br

Os caminhos se abrem, a memória se tece

Bate, moleque, quebra braço, quebra perna, lasca cabeça, tira sangue, mas não tira saber

Tia Marcelina, 1912

As palavras que introduzem este artigo são do momento em que uma mãe de santo, tia Marcelina, é espancada por um dos membros da Liga dos Republicanos Combatentes.¹ Esta, uma milícia revoltosa, segundo Andrade (2015), praticante de atitudes refratárias e racistas à religião afro-alagoana e ao homem negro, cujo objetivo era destruir os terreiros de candomblé do estado de Alagoas, e que tinha como maior motivo destituir do cargo de governador Euclides Malta, um importante oligarca no poder há muitos anos (1900-1903/1906-1912). É nesse contexto que os fios do violento Quebra de Xangô² se entrelaçam com a imagem de tia Marcelina.

Na noite de 1º de fevereiro de 1912, o grupo de milicianos, insatisfeito com a administração do então governador, invadiu os terreiros da capital, Maceió. Saquearam objetos, espancaram pais e mães de santo e saíram em procissão pelas ruas em cantos de vitórias (Rafael, 2012). Toda a revolta fora construída a partir de desentendimentos políticos entre um partido opositor, os democratas, e a oligarquia estabelecida no estado que, a passos largos, tentava modernizá-lo com ares europeus, através de resíduos da industrialização.

Alagoas do século XX carrega resquícios da pós-abolição. Muitos negros, que viviam os louros de uma liberdade recente, concentravam-se nas praças, nas feiras e nas portas das igrejas, oferecendo seus serviços para sobreviverem: eram quituteiras, sapateiros, estivadores, barbeiros, entre tantos outros que se espalhavam pelos quatro cantos do estado. Ao tempo que Maceió parecia se africanizar visualmente, crescia o número de aberturas de terreiros. No início do século, eram em torno de cinquenta, funcionavam em bairros populares e serviam como redutos de blocos de carnaval, grupos de maracatus e marujadas, folguedos populares, tipicamente organizados por negros (Rafael, 2012).

¹ Criada em homenagem a Miguel Omena, advogado morto na cidade de Ponta Grossa, localizava-se no bairro da Levada, em Maceió. Fundada em 17 de dezembro de 1911, com sede social à rua de Santa Cruz, número 69, era uma organização proletária e carnavalesca presidida por Manuel Luís da Paz, ex-combatente na Batalha de Canudos, em 1897 (Andrade, 2015).

² O acontecido recebeu três nomenclaturas: Operação Xangô, Quebra de Xangô e Quebra-Quebra (Rafael, 2012).

Figura 1 – Negras quituteiras na praça Montepio, centro de Maceió, em meados do século XX. Fotografia de Luiz Lavenère. Fonte: Acervo do Arquivo Público de Alagoas



À medida que os africanos e seus descendentes pareciam monopolizar a capital do estado, a elite branca tencionava para que as leis que proibiam o funcionamento das religiões de matriz africana fossem aplicadas.³ Sobre a lei que proibia a prática dos cultos, Mandarin (2007, p. 97) afirma que:

O estado, desta forma, irá se fazer presente nos assuntos acerca da magia e intervindo de forma aguda no combate a feiticeiros e macumbeiros, criando instrumentos reguladores, criando juízos especiais e pessoal especializado. Mais do que isso, em alguns casos, fornecerá a própria denúncia. [...] Essa função do estado permanece até hoje, mas, de 1890 a 1940, com as reformulações introduzidas no Código Penal, o aparato político se institucionalizou e passou a ser usado com mais intensidade como instrumento de repressão. As perseguições eram levadas a cabo, em sua maioria, através de denúncias da população, que muitas vezes sentia-se incomodada pelos batuques que se arrastavam até altas horas em dias de grandes obrigações. [...] As religiões afro-brasileiras eram e continuam sendo vistas como curandeirismo,

³ A especialização policial, no que diz respeito ao combate ao baixo espiritismo, é resultado do cumprimento dos artigos 156, 157 e 158 do Código Penal de 1890 (Maggie, 1994).

magia negra, exploração de credulidade pública e exercício ilegal da medicina, estando os seus praticantes incorrendo em crimes previstos no Código Penal. O Código Penal de 1890 incriminava não só o curandeiro, mas, também, o feiticeiro, juntamente com outras categorias, como espíritas e cartomantes.

Um grande número de católicos passou a perseguir Euclides Malta, o governador, assíduo frequentador das missas de domingo, e a exigir dele que banisse as Casas de Xangôs, como eram popularmente conhecidos os terreiros de Pernambuco e Alagoas (Ramos, 1940); acusavam os negros da prática ilegal da medicina, do aumento da violência no estado e do monopólio no comércio. De um lado, Malta passou a sofrer com as ameaças de seus opositores, que almejavam que sua gestão afundasse; e, de outro, padecia com as críticas, tendo sua imagem, nos jornais locais, ligada ao funcionamento dos terreiros, através de uma falácia implantada pela Liga dos Republicanos Combatentes que nunca fora comprovada: o governador seria assíduo nos rituais. Malta não encontrou saída. Silenciou e sofreu a ponto de ter que, no início de 1912, fugir em um trem com destino à cidade de Recife. O coronel Macário Lessa, presidente do Congresso estadual, assume o comando do estado.

Os ânimos se intensificaram após colocarem o governador para fora do estado. Nesse cenário, a liga migrou sua ira para o que supostamente seria o foco, onde se produziriam todas as mazelas pelas quais estavam passando. Acreditavam que a força que mantinha Malta e seus aliados no poder estava nos terreiros. Queriam destruí-los a qualquer custo. Assim sucedeu. Às 22h30 de 1º de fevereiro, um grupo armado saiu em carreta para executar o plano pensado cuidadosamente; a Operação Xangô daria mais um passo. O cortejo seguiu em direção aos xangôs com a ânsia de destruir, um a um, o que pertencia ao “papa do Xangô de Alagoas”, título dado, segundo o *Jornal de Alagoas* de 4 de fevereiro de 1912, a Euclides Malta por um dos terreiros.

Tia Marcelina, africana da costa, detentora da coroa de Dada – espécie de consagração que faz referência ao irmão mais novo de Xangô (Duarte, 1974) –, e conhecida por ser a fundadora do candomblé em Maceió, foi o alvo principal da liga. Naquela noite, teve seu terreiro invadido por mais de trezentos homens e, sob golpes de sabre, não esmoreceu. Resistiu até não aguentar mais. Clamou por seu orixá Xangô: “eiô, cabecinha!”. Diante do peji, banhada de sangue, viu parte de seus pertences ser queimada.⁴

4 *Jornal de Alagoas*, 4 de fev. 1912, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Anos depois do Quebra de 1912, Marcelina falece, de causa incerta. Não se sabe se ela se suicidou, se adoeceu devido a uma grave pneumonia, ou se morreu diante do peji. O que se sabe é que sua imagem sofreria um processo de apagamento. Sua memória não permaneceria no cotidiano de quem frequentava os terreiros. Imperou-se o silêncio. Suas memórias, tecidas e construídas coletivamente, aos poucos, apagavam-se. Mas os vestígios de sua existência ficariam guardados silenciosamente nas memórias dos pais, mães e filhos de santos que, graças ao tempo, perpetuaram seu nome entre os terreiros. Certamente, a memória de Marcelina teceu e reteceu, continuamente,

aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido. (Halbwachs, 1990, p. 22)

Hoje, mesmo sendo conhecida como importante personagem do Quebra de 1912, ela ainda desafia muitos pesquisadores que acreditam na sua existência e importância, como mito, para a consolidação do que agora chamamos de Xangô Rezado Alto; e até mesmo aqueles que ousam duvidar de sua imagem.

Identificado por Fernandes (1941) em 1939,⁵ o “candomblé em silêncio”, assim denominado, tornou-se uma espécie de novo culto que temia as batidas policiais. Outrora um candomblé sincretizado, configurado com ritos jêje-nagô, angola, congo, kêtú, caboclo, umbanda e espiritismo (Ramos, 1940), parecia resistir às intempéries do Código Penal de 1890, que proibia as práticas de curandeirismos e feitiçaria, as quais os terreiros eram acusados de fomentar.

Se durante quarenta anos pouco se ouviam os atabaques, hoje, o tambor é ouvido nos quatro cantos do estado; e Marcelina faz parte desse barulho. Sua memória queima, cada vez mais se intensifica. Duvidar da sua existência ou desacreditar na potência que sua imagem criou parece-nos deixar de lado o principal fio que tece o violento episódio que levou dezenas de pais e mães de santos a abandonarem suas casas e migrarem para outras cidades (Bastide, 1960).

É neste cenário violento, de tentativa de apagamento, que este texto se constrói. Com isso, pretendemos enveredar pelos relatos encontrados

⁵ Em junho de 1939, Gonçalves Fernandes visitou Maceió, quase trinta anos após o Quebra de 1912, e constatou uma modalidade religiosa que chamou de “candomblé em silêncio”.

sobre a presença de Marcelina. São entrevistas de pai de santo, como Célio; de autores, como Povina Calvalcanti, que descreve as memórias de sua infância e nelas a presença da africana; e sua representação pictórica feita por um artista, mestre Zumba, que teria herdado seus búzios.

A narrativa a seguir passa a ser um breve relato, uma costura possível aos olhos do que Meneses (1992, p. 10) chamou de “algo concreto, definido, cuja produção e acabamento se realizaram no passado e que cumpre transportar para o presente”, e no que Nora (1993, p. 9) denominou de “vida, carregada de sentidos, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Portanto, as tramas para que a memória de tia Marcelina não se apague são muitas. Será a partir delas que conduziremos esta narrativa e desenharemos sua imagem. Sendo assim, nas linhas que se seguem, será possível encontrar uma Marcelina que, além de se tornar a personagem principal do Quebra de 1912, é a figura emblemática para se compreender a presença africana na sociedade brasileira, na formação da cultura alagoana e na preservação dos ritos aos orixás. Sua imagem é também um emblema na história das mulheres negras, heroínas, assim como Dandara e Carolina de Jesus, que deixaram suas memórias e seu legado de luta.

Abram os caminhos e desatem os nós, que tia Marcelina continua a bradar: “eiô, cabecinha!”.

Nas memórias, a resistência de tia Marcelina

Ela se apoia inteiramente sobre o que há de mais precioso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem [...].

Nora, 1993, p. 14

Após o Quebra de 1912, Alagoas passou a ser conhecido como o estado do “Xangô Rezado Baixo”, termo citado no livro *O sincretismo religioso no Brasil* (1941), de Gonçalves Fernandes, que, em visita a Maceió, em 1939, quase trinta anos após a devassa, identificou uma nova forma de culto entre os participantes dos terreiros.

As casas de xangôs e seus adeptos passaram a se organizar de forma anônima. Os ritos eram feitos sem o som dos atabaques e, em algumas ocasiões, com palmas. Sempre em lugares remotos, como casas isoladas e locais que não chamassem a atenção da polícia. O medo era grande. As batidas continuavam. Muitos pais e mães de santo continuamente eram perseguidos e obrigados a saírem do estado.

Os fiéis que ficaram, dentre eles Chico Foguinho, que teria nomeado Euclides Malta como “papa do Xangô de Alagoas”, decidiram não propagar a memória do acontecido. Não se falava mais das invasões. Aos poucos, foram retomando seus lugares, mesmo que de forma amedrontada. O receio de falar e o trauma gerado davam lugar à ideia de viver uma nova fase, apagar os vestígios e não difundir a devassa para as próximas gerações. Dessa forma, mantiveram-se em silêncio para manter viva, mesmo com pouca expressividade, a religião que creditavam. Assim aconteceu. Mas, hoje, muitos dos frequentadores das casas de xangôs, em Alagoas, não sabem o que foi o Quebra de 1912, nem a dimensão do acontecido.

No bojo de todo esse silêncio, tia Marcelina continua a ser violentada por essa tentativa de apagamento. Sua imagem só é retomada quando se aproxima a data de 1º de fevereiro, quando os terreiros saem em carreatas, pelas ruas do centro de Maceió, celebrando a resistência ao Quebra. Tal feito é forte e necessário, mas faz aparentar que o legado, as dores e os gritos de Marcelina ficaram presos a um passado sofrido e folclorizado. Talvez, pensar na sua imagem como heroína, na mesma terra de Zumbi, lhe dê maior importância. Talvez garantir sua presença nos livros sobre história de Alagoas, falar de sua trajetória nas escolas, erguer uma estátua em praça pública, tantos “talvez” solucionem e a coloquem no lugar merecido da história. Esse apagar da imagem está conectado ao contexto festivo em que colocam Marcelina. Ela precisa ser vista como um emblema, um fato histórico, uma memória viva.

Sua existência ainda gera dúvidas. Não há fotos de seu físico. Há apontamentos de onde foi sua casa e de quem a viu. Portanto, atrelados ao que diz Le Goff (1990, p. 476) – “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” –, vamos juntar os pequenos fragmentos que restam sobre Marcelina e, a partir deles, compreender sua importância na história do xangô alagoano.

Há relatos de dúvidas sobre sua existência, de que sua imagem foi criada como possibilidade mítica, após o Quebra, para que ela se tornasse símbolo de luta. “Procurei por ela sistematicamente nos terreiros e creio, sinceramente, que houve sua invenção”, como afirma Almeida (2014). Sua existência passou a ser criada com as memórias de quem a viu, a ouviu e a desenhou.

É que se tornou uma fala e uma nova presença, indicando novos tempos e nisto, sem dúvida, nosso trabalho colaborou. Quando comecei a andar pelos terreiros, na

realidade, não estávamos tão longe assim dos tempos do Quebra. Fazia menos de 50 anos e seria uma possibilidade alta encontrar quem a tivesse conhecido pessoalmente; não encontrei. E conversei muito, pois sem dúvida, eu conhecia a maioria das casas de culto em Maceió. No fundo, tia Marcelina era uma nova realidade, a possibilidade de falar-se em resistência e símbolo. (Almeida, 2014)

Compreendemos a inquietação de Almeida (2014) em desvendar a identidade de Marcelina. Mas parece-nos lógico perguntar qual o motivo de se criar uma personagem mítica para enaltecer a imagem do Quebra-Quebra? Quem a criou? As memórias de quem a conheceu não são documentos? É preciso compreender que Marcelina era uma mãe de santo requisitada, recebia muitos políticos em sua casa e tentava se manter o mais discreta possível, como constatamos nos artigos do *Jornal de Alagoas* e nas memórias de Povina Cavalcanti. Era visada e sabia que corria riscos.

Não conformados com os apontamentos de Almeida (2014), fomos em busca de alguns registros que nos possibilitassem entender quem era essa africana, qual era sua possível imagem e sua importância para a compreensão do Quebra de Xangô.

Segundo Duarte (1974, p. 12), tia Marcelina, africana pura “negra da costa” (expressão popular), gozava de enorme respeito e estima. “Era em Maceió uma espécie de Menininha do Gantois na Bahia”. Fora contemplada com a coroa de Dada, irmão mais moço de Xangô, na liturgia africana; da África proviera a distinção que a sagrara. Seu terreiro era o mais antigo de Maceió, fundado ainda no século XIX. Situava-se na rua da Aroeira, na conhecida, atualmente, praça Sinimbu.

A primeira referência a tia Marcelina aparece num dos artigos do *Jornal de Alagoas*, em 8 de fevereiro de 1912, que, junto com outros três, foram lançados à população como uma série intitulada *Bruxaria*, relatando, dias depois, como se deram as investidas da imprensa em desvendar



Figura 2 – Manchete do *Jornal de Alagoas*, 8 fev. 1912. Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

a relação de Malta com os terreiros locais. Lembremos que esse periódico foi um dos apoiadores das invasões.

O artigo do dia 8 descreve um ritual organizado por Marcelina, a pedido de seu “possível” filho de santo, Euclides Malta. Este se sentira ameaçado pelos opositores e, acreditando que não ganharia as eleições que se aproximavam, solicita a sua suposta mãe de santo maior empenho nos pedidos aos orixás:

Tia Marcelina preparou a sessão, de acordo com o chefe, e às 8 horas mais ou menos, o Soba entrou nessa casa de uma das ruas mais esconsas da levada, acompanhado de um dos seus áulicos, que bem conhecemos. Os trabalhos já haviam principiado e negra “mãe de santo”, modulando sorrisos de megera, olhares esgazeados de víbora saciada, correu com a mão o reposteiro de uma saleta contígua e lá ficou o “Ogum-Taió” da Praça dos Martírios, guardado às vistas dos seus irmãos e do pessoal que na rua avidamente olhava as danças e os requebros de tia Marcelina [...].⁶

É sob os rótulos de bruxa, feiticeira e megera que o periódico *Jornal de Alagoas* perpetua a imagem de Marcelina. Após o ocorrido em 1912, não se teve notícias sobre a mãe de santo. A lei do silêncio tinha apagado sua imagem e a de tantos outros líderes religiosos, como mestre Félix, João Catarina, João Fufun e Manuel Guleijú, que sofreram com as batidas policiais. O “candomblé em silêncio” e as constantes perseguições tornaram-se comuns.

Passados 38 anos, a imagem de tia Marcelina é resgatada. Renasce em três relatos sobre as práticas religiosas afrodescendentes: nos escritos de Abelardo Duarte, em 1950, na *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*; em 1974, com a publicação do *Catálogo ilustrado sobre a Coleção Perseverança*;⁷ e, em 1959, num artigo de Oséas Rosa, intitulado “Duas palavras sobre o candomblé de Alagoas”, publicado no *Jornal de Alagoas*.

Sávio de Almeida (1987), que passa a ter conhecimento sobre Marcelina somente em 1960, por suas idas frequentes aos terreiros, acredita que ela, que se tornou um símbolo do Quebra de Xangô, por ser eventualmente associada como mãe de santo de Euclides Malta, virou mito entre os

⁶ *Jornal de Alagoas*, 8 de fev. 1912, p. 1, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

⁷ Coleção que se originou a partir dos objetos que não foram destruídos durante o Quebra de Xangô. O catálogo é um dos principais registros sobre a história das peças. Após o Quebra-Quebra, a liga doou as peças apreendidas para a antiga Sociedade Perseverança de Caixeiros de Maceió. Por quase quarenta anos os objetos ficaram na instituição, até ela ser desativada. Abelardo Duarte e o folclorista Théo Brandão descobrem a existência das peças e resolvem levá-las para o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Em homenagem à instituição que as abrigou, o conjunto ganha o nome de Coleção Perseverança, em 1950 (Duarte, 1974).

membros das religiões de matriz africana, e sua identidade, incerta, estaria dentro de diferentes compreensões. Existiam duas imagens sobre ela: a dos jornais, que a categorizavam como víbora e má, e a resgatada por Abelardo Duarte, resistente e acolhedora.

Em seu texto, "Uma lembrança de amor para Marcelina", de 1987, Almeida desenha a imagem do que seria a africana. Ela teria ressurgido como memória em resposta ao silêncio implantado por anos e que vigorava nas macumbas como símbolo de resistência: "Tia Marcelina havia retornado, o Quebra havia retornado, não para os intelectuais, mas para dentro do povo da macumba. É aí que aparece o que estava na lembrança dos povos, lembrança criada e lembrança vivida" (Almeida, 1987). Plenamente, nessa passagem, o referido autor se contradiz, e ratifica a existência da ialorixá, tendo sua vivência relacionada com os relatos de pais e mães de santo, trazidos à tona em suas pesquisas, nos idos de 1960.

Sobre o imaginário da negra, vemos o que Almeida explicita no documentário 1912: o *Quebra de Xangô* (2007), de Siloé Amorim:

Já me falaram essa história que ela não tinha morrido, que ela não morreu. Se eu estou lá incomodado com isso. Esta tia que eu conheço morreu. Tem outra Marcelina que não morreu. E tem outra Marcelina que tá viva. E tem outra Marcelina que tá aqui. Tem outra Marcelina que vai entrar ali pela fresta (apontando para a câmera que o grava), que tá ali, por aquele buraco que tá ali. Tem outra Marcelina que vai sair lá na caixa-prego. São tantas tias Marcelinas que o mundo se marcelinizou-se. (Almeida apud Nascimento, 2008)

Ora, mesmo com encantamento e imaginário idealizado, as palavras de Almeida soam como uma compreensão irônica, deixando-nos concluir que Marcelina não passa de uma ideia, um mito, algo longe da compreensão histórica. Apesar de nunca ter encontrado uma imagem sobre ela, ele reafirma suas impressões do que ouvira nos terreiros e das memórias que vinham à tona, o que acreditamos ser um importante pressuposto para a preservação da memória de Marcelina. Mas afirmamos que, após enveredarmos sobre as indagações do referido autor, sem dúvidas ele preferiu ficar com as várias "Marcelinas" criadas pela memória coletiva, onde ela passou a existir somente nas falácias, nas ideias, que para ele são muitas, diferenciadas e indefinidas.

Frisamos que, ao pensarmos em mito, entendemos o que Durand (2002) postula como um sistema dinâmico de símbolos, arquétipos e esquemas que tende a compor-se em narrativa, como um esboço de racionalização, dado que utiliza o fio do discurso, no qual os símbolos se revelam

em palavras e os arquétipos, em ideias. Assim, todas as identidades, a que Almeida chamou de “Marcelinas”, as várias, estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos. Elas têm aquilo que Said (1990) chama de suas “geografias imaginárias”:

suas “paisagens” características, seu senso de “lugar”, de “casa/lar”, ou *heimat*, bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação que conectam o indivíduo a eventos históricos (Said, 1990 apud Hall, 2003, p. 76).

Dessa forma, indagamo-nos a partir de que memória resgatar a imagem de tia Marcelina? A resposta que encontramos é que, para discutir a memória, a identidade e a função que a mãe de santo exerce no Quebra de Xangô e no imaginário do candomblé alagoano, é necessário localizar os sujeitos que lhe deram vida com relatos, passagens de um passado longínquo; que tentaram eternizá-la, seja na pintura ou nas lembranças da infância. Portanto, Marcelina passa a existir a partir desse aglomerado de informações mnemônicas, registradas anacronicamente, e que ganha sentido e dá sentido a muitos outros personagens desse quebra-cabeça que é o Quebra-Quebra. Nesse aspecto, a memória de Marcelina tornou-se, como diz Nora (1993, p. 9), “um elo vivido no eterno presente. [...] alimentada de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções”.

Assim, o que outrora pareceu insustentável e duvidoso, hoje sedimenta uma Marcelina que ainda vive, que paira na formação cultural do negro em Alagoas e na dinâmica dos candomblés que lhe devem a luta e o grito. O resgate de sua imagem, de certa forma, não mais está preso a uma história do ontem. Dessa forma, a identidade de Marcelina não deve ser encarada como algo estático, mas em constante movimento. Sua memória agora “é um tipo de justiça” (Nora, 2009, p. 7).

Se para Almeida (2014) Marcelina é uma criação, para José Zumba, mais conhecido como mestre Zumba, a negra da costa da África teria feições. Ela existiu e pôde ser eternizada com suas pinceladas.

A imagem, apresentada a seguir, foi pintada em 1987. Zumba⁸ foi um artista negro que confessava sua fé no catolicismo tendo um santuário em

⁸ Nasceu em Santa Luzia do Norte, interior de Alagoas. Em seu registro, não há o dia exato de nascimento, somente o ano de 1920. Sua morte foi em 30 de setembro de 1996 (Andrade, 2015).

sua casa; mas, pela vivência com sua mãe nos terreiros de Maceió, circulava entre rodas de negros e intelectuais. Nesse circular, sendo sua mãe filha de santo de tia Marcelina, Zumba, além de retratar a africana, pôde pintar personagens da cultura e religiosidade afro-alagoana, folguedos populares realizados por africanos e afrodescendentes. Sua família era muito próxima da africana, a ponto de Zumba ter herdado de sua mãe os búzios que seriam de tia Marcelina.



Figura 3 – Imagem de tia Marcelina pintada pelo mestre José Zumba, em 1987. Fonte: Acervo de Edson Moreira

Marcelina também tem origem nas memórias de pai Maciel, dirigente da Federação dos Cultos Afro-Umbandistas de Alagoas, que afirma ser ela sua bisavó de santo:

Tia Marcelina, é verdade que ela foi a ialorixá mais famosa do estado de Alagoas. Porque foi ela quem fundou o candomblé nesse estado. Agora, a nação de origem que ela fundou foi nagô. [...] eu conto as histórias que eu ouvia meu avô contar, né? Bem, meu avô contava. Contou. Me explicava como se deu o acontecimento. [...] foi muito interessante quando ela fundou o candomblé aqui no estado. Todas as classes queriam conhecer a tia Marcelina, queriam conhecer a religião, queriam conhecer o candomblé. Uns iam porque frequentavam como filhos de santo, outros iam como curiosos. Olhar, conhecer o que é o terreiro, o que é o candomblé, o que era a seita. O meu avô falava que o ex-governador Euclides Malta, ele era filho de santo da tia Marcelina e o orixá dele era Obá, filho de Obá. [...] Pelas fotos que existiam na casa de meu avô, ela era uma pessoa, uma tia, uma escrava, [...] não era brasileira. Escrava, né? Não era muito alta, nem era magra. Era uma pessoa forte, mas uma pessoa numa regular estatura: nem baixinha demais, nem altona. Uma estatura regular (Pai Célio apud Nascimento, 2008, p. 63).

Pai Célio não teria convivido com Marcelina, mas ouvido muitas histórias a seu respeito pelo seu bisavô. A africana teria circulado entre os terreiros e, com fama de ser a ialorixá mais completa, era respeitada entre os adeptos da religião e, por isso, procurada por muitos políticos. Não sabemos se entre eles estava Euclides Malta.

É em *Volta à infância: memórias de Povina Cavalcanti*, livro escrito entre 1969 e 1972, pelo próprio Povina, que encontramos o relato mais completo e poético sobre a existência de tia Marcelina. Ele descreve com detalhes minuciosos suas memórias de infância, recuperadas em seu retorno a Maceió, em 1969, depois de longos anos morando na cidade do Rio de Janeiro.

Na longa descrição, Povina (1972) relata o momento, quando criança, morando na capital, em que soube da existência de uma negra, a mais famosa feiticeira de Maceió, que morava perto da linha de ferro, numa casa, segundo suas palavras, “bem apresentada”. Ele teve contato com tia Marcelina através de um casal, Maria e Amaro, católicos, que frequentavam a casa da negra que possuía “poderes extraordinários”. O autor enfatiza que a casa de Marcelina era frequentada por muita gente da alta sociedade alagoana e até pelo governador, Euclides Malta, que aparecia, vez por outra, no endereço da preta, para ouvir seus conselhos.

No primeiro momento, Povina teria relutado em ir ao terreiro, mas foi convencido pelo casal, que frequentava o local semanalmente, a acompanhá-los. Assim, foi levado a conhecer a “mandingueira”.

Foi assim que eu lhes prometi: – Quero ser apresentado a tia Marcelina. [...] Chegou o dia, ou melhor, a noite em que a Maria e seu Amaro me levaram a conhecer a tia Marcelina. A casa dela ficava do outro lado da linha de ferro da Great Western. Era edificada um pouco abaixo do nível da estrada. Uma casa de boa aparência, grande, com um puxado, onde a velha africana guardava os orixás e onde fazia os seus ritos, ao som de um instrumental de percussão, que infundia nos espíritos profunda nostalgia. Tratava-se de uns tambores altos e creio que uma espécie de atabaques, cuja sonoridade era de um impressionante ritmo de exílio e tristeza. Havia quem dissesse que a costa d’África ressoava ali dentro, como um desafio à odisseia da negritude escrava e que a invocação daqueles deuses de nomes estranhos – Ogum, Xangô, Leba (não recordo os outros) – era um apelo desesperado à alma humana. (Povina, 1972, p. 173)

Quanto às características da mãe de santo, ele descreve ser uma negra gorda, cadeiruda, de cabelo pixaim, que se movia, devido ao sobrepeso e à idade, com certa dificuldade. “[...] uma carapinha de autêntica africana, com uns olhares espichados que, à primeira vista, me causavam temor” (Povina, 1972, p. 173).

Tia Marcelina recebera o menino Povina com afagos. Fez-lhe a benzedura com seu rito e logo o encaminhou ao seu santuário, onde raros penetravam. Era lá que guardava todos os seus santos e guias. A surpresa veio na hora da despedida. Marcelina revelou que ele voltaria à sua casa, uma vez por semana, para poder livrar-se de um mal, que logo o atacaria:

Grande espanto tomou conta de mim. A Maria e seu Amaro emudeceram de perplexidade. Mas a velha feiticeira procurou tranquilizar-nos: – não há perigo. Não tenham susto. Eu evitarei o mal. Ela dizia isso na sua meia língua. Uma mistura de sons, uma algaravia que dava mal para se entender. Mas era assim que ela “curava”, protegia, amparava uma grande clientela da capital. (Povina, 1972, p. 173)

Por várias semanas, Povina foi levado por seu Amaro para livrar-se do mal que o acometia. A varíola seria afastada através da fé que ele depositara na mandingueira.

Nada mandei dizer ao meu pai. E passei a ir, semanalmente, receber os passes, os exorcismos, o não sei quê da preta africana que, para tanto, reunia seus macumbeiros e ordenava-lhes que dançassem até receberem os seus santos, rebolando no chão, à surda ressonância dos tambores. Ao fim de algumas sessões, tive a maior das alegrias. A tia Marcelina anunciou que eu estava livre do perigo. Os seus poderosos orixás tinham operado o milagre. A Maria e seu Amaro exultaram, festejaram a nova com um jantar em minha homenagem. E só então escrevi a meu pai, narrando o susto por que passara. Meu pai não deu maior importância ao caso, mas eu compreendi que essa atitude resultou de que a comunicação já era do perigo passado. [...] O certo é que tive varíola. Os meus amigos da rua da Aroeira estavam convictos de que a tia Marcelina mais uma vez havia operado um milagre. Naquele tempo também pensei assim. (Povina, 1972, p. 174)

Diferentemente da forma como o *Jornal de Alagoas*, no artigo publicado em 8 de fevereiro de 1912, descreve tia Marcelina, como uma negra franzina, baixinha, víbora, megera e de olhar esgazeado, Povina (1972) desenha-nos uma africana robusta e com gestos de quem sabia receber, afável e preocupada com o bem do próximo. Assim, confirma-nos que o jornalista que não assina o referido artigo, mas descreve o rito na casa da mãe de santo com palavras de desprezo, tenta endemoniar sua imagem, enfatizando ainda mais uma figura de feiticeira que invocava o mal.

A partir da noite em que invadiram seu terreiro, tia Marcelina passaria a representar ainda mais resistência e lealdade à sua religião. Em busca pelo direito de adorar ao seu orixá, segundo pai Célio, não obedeceu ao pedido de Euclides Malta, que saísse de Maceió. O governador já previa que o terreiro de Marcelina seria atacado. Não dando ouvidos ao pedido e mantendo sua postura diante do que defendia, ficou e continuou sua vida (Nascimento, 2008).

O grande grupo, armado com toras de madeira, invadiu seu recinto, bateu, lascou sua cabeça enquanto a ouvia gritar por Xangô – “êio, cabeçinha!”. Marcelina, quando caiu, bradou a frase mais célebre, que abre este artigo, e marcaria toda sua trajetória como um grito de luta: “bate moleque, lasca cabeça, quebra perna, quebra braço, tira sangue, mas não tira saber” (Almeida, 1987, p. 3).⁹ Resistiu com dignidade às investidas, ouviu impropérios e viu, com os olhos cheios d’água, as chamas

⁹ Essa informação foi colhida pelo professor Luiz Sávio de Almeida junto a um antigo pai de santo de Maceió, e está no seu artigo “Uma lembrança de amor para tia Marcelina”.

da fogueira, feita quase na porta de casa, consumindo tudo o que lhe era mais sagrado.¹⁰

Os fios continuam a se desatar

Marcelina nos desperta os questionamentos: como seria a história do Quebra sem o seu protagonismo? Qual o sentido de duvidar da sua existência? Neste mar impiedoso, preferimos que as respostas sejam sentidas em cada relato de pai de santo, vistas na tela pintada por mestre Zumba e compreendidas nas memórias de infância de Povina Cavalcanti.

Nesses últimos fios, acrescentamos que Marcelina, quando resgatada na literatura de Oséas Rosa e Abelardo Duarte, muda a forma como os intelectuais olhavam para o Quebra de 1912, e passa a gritar. Um grito para que a vejam como uma figura necessária, que afronta o discurso racista que permeou a sociedade alagoana. Um grito para que sua imagem de mulher negra, que foi escravizada, ecoe como um manifesto que transcenda o preconceito contra os terreiros e o povo africano.

Almeida (1987) também colabora com essa retomada da imagem de Marcelina. Suas andanças pelos terreiros, ouvindo adeptos dos cultos falarem, fizeram-no legitimar a existência da mãe de santo, mesmo que afirme não ter encontrado nada sobre ela. Entre os relatos dos intelectuais e os apontamentos de Almeida, sem dúvida fica o silêncio aparentemente rompido.

Nesse emaranhado, a memória de Marcelina assume um lugar de extrema importância, ao ser responsável pela continuidade da história e do legado africano em terras caetés e, de forma paradoxal, desmistifica o que outrora negaram e deturparam, sua imagem e existência. Marcelina é um emblema necessário para Alagoas. Precisa ser vista na história desse estado. Precisa ser enaltecida, e não folclorizada.

Esse breve relato é também um grito para que olhemos para Marcelina, independentemente de sua imagem, e enxerguemos a força que paira em sua história, e quão viva sua memória está. Tenhamos a certeza, os poucos fios que tecemos apenas começaram a se desenrolar. Marcelina ainda grita: “êio, cabecinha!”.

¹⁰ *Jornal de Alagoas*, 4 de fev. 1912, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Fontes

Arquivo Público de Alagoas
Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

Referências

- ALMEIDA, Luiz Sávio de. Meu velho diário e a macumba em Alagoas. In: _____. Blog do Sávio Almeida: ensaios sobre Alagoas, Maceió, jun. 2014. Disponível em: http://luizsavioidealmeida.blogspot.com/2014/06/luiz-savio-de-almeida-meu-velho-diario_7.html. Acesso em: 20 mar. 2019.
- _____. Uma lembrança de amor para tia Marcelina. *Leitura: revista do Departamento de Letras clássicas e vernáculas da Ufal, Maceió*, n. 2, p. 49-55, 1987.
- ANDRADE, Fernando Antônio Gomes de. *Legba: a guerra contra o Xangô em 1912*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1960.
- CAVALCANTI, Povina. *Memórias: volta à infância*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1972.
- DUARTE, Abelardo. *Catálogo ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió: [s.n.], 1974. 35 p. Catálogo de exposição permanente. Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL).
- _____. Sobre o panteão afro-brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Maceió*, v. 26, anos 48/50, 1950. Comissão Estadual da Abolição.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FERNANDES, Gonçalves. *O sincretismo religioso no Brasil*. São Paulo: Guaira, 1941.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, L. R. (org.). *Geografia cultural, manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999. p. 169-188.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tadeu da Silva. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994.
- MANDARINO, Ana Cristina de Souza. *(Não) deu na primeira página: macumba, loucura e criminalidade*. São Cristóvão: UFS, 2007.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A história, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais*. *Revista do Instituto de Estudos. Brasileiros, São Paulo*, n. 34, p. 9-23, 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4182921/mod_resource/content/2/Meneses%2C%20Ulpiano%20Bezerra%20de-AHistoriaCativadaMemo%CC%81ria%3F.pdf. Acesso em: 2 mar. 2019.
- NASCIMENTO, Moroni Laurindo. *As representações de Tia Marcelina: uma luta entre classificações*. In: CAVALCANTI, Bruno César; FERNANDES, Clara Suassuna; BARROS, Rachel Rocha (org.). *Kulé Kulé: religiões afro-brasileiras*. Maceió: Edufal, 2008.
- NORA, Pierre. *Memória: da liberdade à tirania*. *Revista Musas, Brasília*, n. 4, p. 6-10, 2009. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/musas20120327.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.
- _____. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo*, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- POMIAN, Krzysztof. *Memória*. In: GIL, Fernando. *Sistemática*. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2000. p. 507- 516.
- RAFAEL, Ulisses Neves. *Xangô rezado baixo: religião e política na primeira república*. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: Edufal, 2012.
- RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro: etnografia religiosa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

ROSA, Oséas. Duas palavras sobre o candomblé em Alagoas. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 31 maio 1959.

VALLADARES, Clarival do Prado. A iconologia africana no Brasil. *Revista brasileira de cultura*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, p. 37-48, jul./set. 1969.

Recebido em 30/4/2019

Aprovado em 5/11/2019